



A VOZ ROUCA

que não se cala

#16, são paulo

<http://avozrouca.org>

f A Voz Rouca

Convenção Coletiva em risco de novo: vai ter greve?

No dia 28/02, a Convenção Coletiva dos professores das escolas particulares de São Paulo vai parar de valer. E, assim como no ano passado, os donos de colégios estão travando as negociações com o sindicato dos professores. Em 2018, a patronal cortou o diálogo com o Sinpro e tentou aproveitar a reforma trabalhista para destruir os direitos conquistados pelos trabalhadores do ensino privado nas negociações dos anos anteriores.

Naquele ano, o que frustrou o ataque dos donos de escola e virou o jogo foi a movimentação dos professores no dia a dia do trabalho. Não ficamos de cabeça baixa, à mercê das negociações entre sindicatos. Fizemos assembleias nos colégios, conversamos com nossos colegas na sala dos professores, nos cafés, convencemos aos outros e a nós mesmos que fazer paralisações não apenas era possível, como tinha se tornado imprescindível. Evidente que esse processo exigiu que superássemos o medo da demissão, do assédio, da pressão das famílias.

As mobilizações que fizemos não se restringiram aos muros das escolas: incluíram também a saída para a rua, com aulas públicas

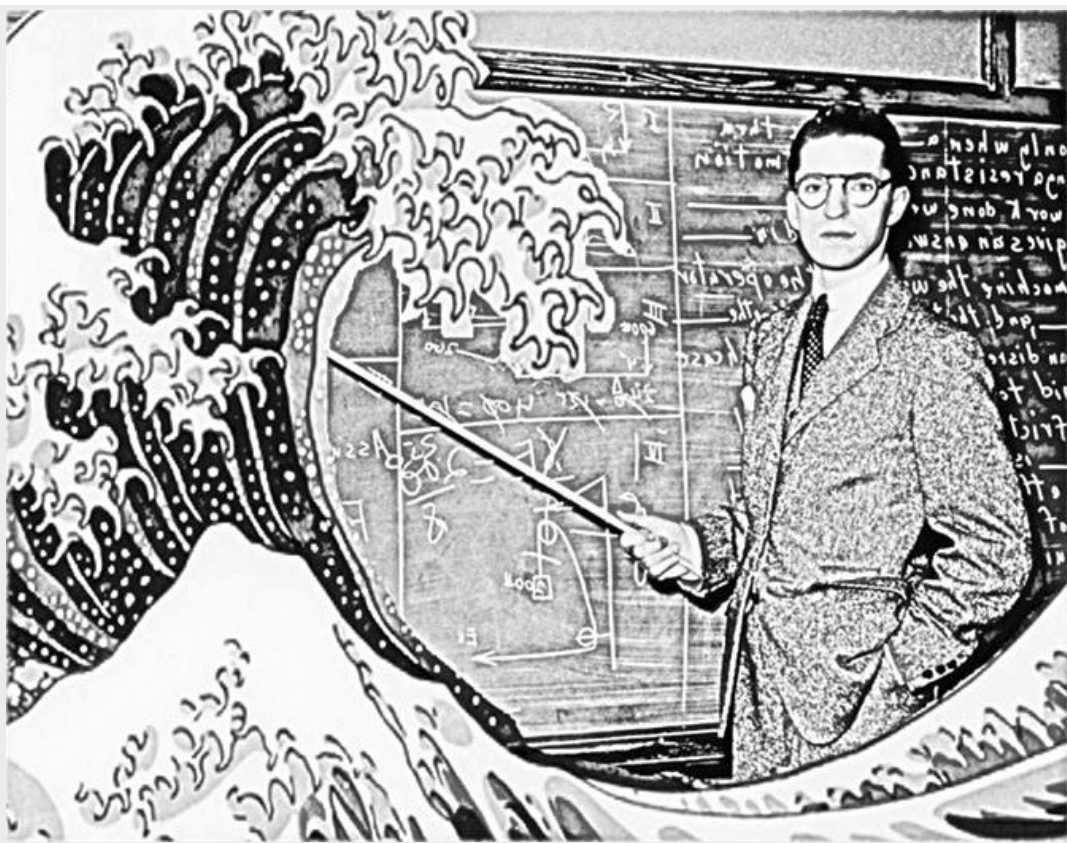
para alunos, professores e familiares. Compartilhamos nossas perspectivas e angústias em rodas de conversa. Nos organizamos para ir às assembleias do Sinpro. Foi a partir do fortalecimento de nossos laços de solidariedade que nos reconhecemos conjuntamente enquanto trabalhadores. Foi dessa relação, feita na luta, que conseguimos impôr aos patrões a garantia da Convenção.

O desafio este ano parece requerer uma organização ainda maior. 2018 foi marcado por uma maior intensidade das fusões e aquisições de escolas por grandes grupos empresariais. Essa concentração de capital na área da educação nos deixa mais vulneráveis, sujeitos a mais pressões, com mais medo de demissões.

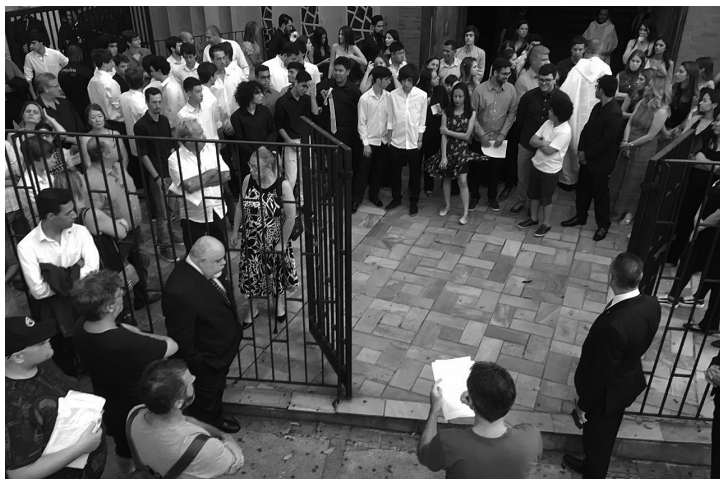
Iniciando a campanha de 2019, o Sinpro convocou uma assembleia em dia letivo – quinta-feira, 28/02, quando se encerra a Convenção. Legalmente, trabalhadores de uma empresa podem ter falta abonada para comparecer a uma assembleia convocada pelo sindicato, mas nós sabemos que em muitas escolas não é assim que funciona. Na prática, se quisermos que essa assembleia aconteça, precisaremos construir paralisações em cada escola.

Mas... o que é mesmo a Convenção Coletiva?

A Convenção Coletiva de Trabalho é um acordo, realizado a cada 1 ou 2 anos entre o sindicato de trabalhadores (no caso, o Sinpro) e o sindicato patronal (Sieceep), que regula as relações de trabalho de uma categoria além daquilo que é garantido pela CLT. No caso dos professores do ensino privado, é a Convenção que garante direitos como hora-atividade, 30 dias de recesso, garantia semestral de salários, bolsa para filhos, PLR, entre vários outros. Desde a aprovação da Reforma Trabalhista, a correlação de forças entre os patrões e os sindicatos mudou, pois os direitos já acordados nos anos anteriores não são mais prorrogados automaticamente. Assim, um impasse nas negociações – como ocorreu em 2018 – pode retirar imediatamente todas as garantias coletivas da categoria.



Santo Américo demite em massa; professores e comunidade reagem



No final de 2018, o Santo Américo, colégio tradicional do Morumbi, demitiu 49 professores. Mas o constrangimento ao corpo docente começou desde antes: em novembro, a diretoria abriu um processo seletivo para professores de todas as áreas – reunindo, em um sábado, mais de 200 candidatos para provas e entrevistas –, sem dar nenhuma explicação para a equipe que ainda estava lecionando normalmente.

Para piorar, a escola não convidou os demitidos para a formatura do Ensino Médio, impedindo-os de participar do encerramento da trajetória escolar de turmas que eles acompanharam por tanto tempo. No dia da cerimônia, esses professores organizaram uma mobilização na porta da escola, na qual distribuíram às famílias duas cartas denunciando as demissões – uma escrita por eles, outra pelos estudantes. O ato contou com o apoio de muitos colegas de outros colégios, que compareceram em solidariedade. Antes do início da formatura, os professores reuniram as famílias no portão para uma conversa. Ao microfone, o delegado sindical – cuja demissão é mais uma das arbitrariedades cometidas pela direção – lembrou as mobilizações organizadas pela equipe docente ao longo do ano. O ato fez com que a cerimônia começasse 40 minutos atrasada, à contragosto do padre que rezaria a missa, mas com claro apoio de inúmeros alunos e das famílias. “Sem os professores lá dentro, qual o sentido de tudo isso?”, perguntou um pai.

Os demitidos seguem com um processo judicial contra o Santo Américo, afinal é proibido que se faça demissões em massa sem negociação prévia. Não sabemos ainda o desfecho dessa ação, mas o apoio mútuo construído por esses trabalhadores e o envolvimento da comunidade escolar são um exemplo para as lutas que teremos que enfrentar nos próximos tempos.

caça-palavras: educação do século XXI

W	J	C	C	Z	O	V	N	B	S	P	C	D	U	Y
A	K	B	R	A	I	N	S	T	O	R	M	I	N	G
A	G	J	L	I	S	P	V	B	F	F	M	O	I	Y
Q	E	F	V	B	U	E	H	J	T	A	R	G	E	T
W	O	D	F	P	H	F	G	S	W	N	J	H	A	
M	R	P	E	Z	G	T	V	C	K	E	E	H	P	S
E	G	R	E	B	R	A	N	D	I	N	G	O	O	D
N	E	L	D	L	A	X	P	Z	L	M	P	M	M	L
T	O	P	B	Y	D	E	Y	P	L	A	Y	E	R	K
O	R	U	A	H	E	X	H	Z	S	K	L	S	S	K
R	W	P	C	P	Q	P	N	A	M	E	Q	C	D	E
I	E	Q	K	N	E	E	B	J	M	R	A	H	R	M
N	L	D	J	E	A	R	V	K	G	S	K	O	T	A
G	L	Q	G	C	U	T	C	K	F	P	S	O	G	N
M	L	P	G	S	Y	I	A	I	Q	A	F	L	M	A
D	B	A	Z	L	G	S	C	O	A	C	H	I	N	G
T	R	A	I	N	E	E	S	O	F	E	R	N	H	E
K	X	M	L	O	F	C	X	L	D	B	F	G	G	R

As questões da greve dos professores municipais

Um dia depois do natal de 2018, a Câmara de Vereadores de São Paulo aprovou a lei 621/2016, que busca destruir o modelo de previdência social baseado na solidariedade entre as gerações de trabalhadores e criar um modelo de natureza privada baseado na capitalização individual. A lei aumenta a alíquota previdenciária dos servidores ativos, aposentados e pensionistas de 11% para 14%. Institui um Regime de Previdência Complementar, em caráter facultativo, e fixa o teto do INSS como valor máximo de aposentadoria para os servidores que ingressarem a partir da data de aprovação da lei. E cria o Sampaprev, entidade fechada que administrará o regime de previdência complementar.

No mesmo dia em que a lei foi aprovada, os professores e demais servidores municipais aprovaram greve a partir do início do ano letivo (04/02). Assim como em março do ano passado, os servidores lutam contra o Sampaprev – mas, se antes o objetivo era barrá-lo, desta vez teremos o desafio de revogá-lo. O prefeito, por enquanto, está irredutível: afirma que “nem morto” retrocederá.

Os sindicatos e os trabalhadores estão dispostos e preparados para entrar numa greve cuja reivindicação é inegociável? Estamos preparados para enfrentar um prefeito que, ao contrário de todos os outros, promete cortar o ponto e contratar professores para substituir os grevistas? Além da ação judicial, como o sindicato pretende atuar para revogar essa lei confiscatória? Assembleias, passeatas e panfletagens estão sendo realizadas pela cidade, mas só isso basta? Como pressionar políticos que, em 2018, ignoraram as grandes manifestações de rua e a maior greve da história dos servidores municipais? Essas perguntas precisam ser colocadas por todos nós que iniciaremos essa luta. Revogar uma lei exige uma postura diferente das campanhas salariais baseadas na negociação. Nelas, o sindicato aparece como instituição legítima dos trabalhadores para barganhar ganhos e minimizar derrotas. Revogar uma lei exige dizer com todas as letras que já sofremos uma série de derrotas, porém não aceitaremos mais esse retrocesso.